

TERMO DE REFERÊNCIA

Entidade

Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ.

Órgão/Secretaria

Secretaria Municipal de Saúde.

1. INTRODUÇÃO:

- 1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento a Lei Federal 14.133/2021, Decreto Municipal 6.103 de 15 de dezembro de 2023, Portarias GM/MS nºs. 1.286/93 e 1034/2010 que dispõem sobre a participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no âmbito do SUS do Ministério da Saúde, Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017 e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO:

- 2.1. Registro de preços, para eventual, futura e de forma parcelada, aquisição de instrumentos odontológicos para atender as necessidades das unidades de saúde sob Secretaria de Saúde do Município de Teresópolis.

3. JUSTIFICATIVA:

- 3.1. A presente solicitação de aquisição de instrumentos odontológicos encontra respaldo na **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O artigo 6º, inciso I, alínea “d”, dessa norma, reconhece como atribuições do SUS a realização de ações de atenção terapêutica integral, incluindo a assistência odontológica (Incluída pela Lei nº 14.572, de 2023), assegurando o acesso da população aos meios necessários à prevenção e tratamento das doenças bucais.
- 3.2. O atendimento odontológico constitui uma parte fundamental da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um dos pilares para a promoção da saúde e a prevenção de agravos. Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente), instituída pelo Ministério da Saúde, como estratégia para ampliar o acesso da população aos serviços odontológicos em todo o país. A garantia do fornecimento contínuo de instrumentos odontológicos é essencial para a realização de procedimentos clínicos seguros e eficazes, visando à melhoria da qualidade de vida da população e à redução de desigualdades em saúde.

- 3.3.** Nesse contexto, a aquisição ora proposta visa garantir a disponibilidade de materiais indispensáveis à continuidade e à eficiência dos serviços odontológicos prestados pelas Unidades de Saúde do Município, tanto nas ações de prevenção como nos atendimentos de urgência e tratamento contínuo, contribuindo para a resolutividade da atenção primária e a ampliação do acesso da população aos serviços públicos de saúde bucal.
- 3.4.** Atualmente, os serviços odontológicos do Município vêm atendendo a uma demanda populacional crescente, por meio de ações realizadas em escolas, unidades móveis e, principalmente, nas unidades fixas de saúde, como as Estratégias de Saúde da Família (Fonte Santa, Rosário, Venda Nova, Meudon, Vargem Grande, Beira Linha, Pimenteiras e Alto), Unidades Básicas de Saúde (Água Quente, Vieira, Bonsucesso, Albuquerque, Várzea e Cemusa), o Centro Odontológico Mario Struch, o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e a Unidade de Urgência e Emergência UPA 24h Nathan Garcia Leitão. A escassez ou ausência de instrumentos compromete diretamente a continuidade e a qualidade dos atendimentos odontológicos, podendo levar à interrupção de procedimentos regulares e ao consequente aumento da procura por atendimentos de urgência — cenário que sobrecarrega os serviços emergenciais e dificulta o manejo adequado de casos que, se tratados precocemente, não evoluiriam para quadros agudos e complexos.
- 3.5.** A aquisição de instrumentos odontológicos é indispensável para garantir a manutenção do estoque mínimo necessário à realização de procedimentos clínicos com segurança e qualidade. A disponibilidade desses instrumentos assegura condições adequadas de atendimento aos usuários e proteção aos profissionais, evitando interrupções nos serviços e prejuízos à assistência.
- 3.6.** Diante do exposto, a aquisição dos referidos instrumentos odontológicos mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde bucal prestados pelo Município, cumprir as obrigações legais e institucionais do ente público, e fortalecer as políticas públicas de atenção básica em saúde, promovendo o bem-estar e a dignidade da população atendida.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 4.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 5.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
13	02012101220001211133903000	160036	MATERIAL DE CONSUMO

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Sustentabilidade (devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis):

- 6.1.1. Economia no consumo de água e energia;
- 6.1.2. Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- 6.1.3. Racionalização do uso de matérias-primas;
- 6.1.4. Redução da emissão de poluentes;
- 6.1.5. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- 6.1.6. Implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;
- 6.1.7. Utilização de produtos de baixa toxicidade;
- 6.1.8. Utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada, quando existir certificação para o produto.

6.2. Indicação de marcas ou modelos:

- 6.2.1. Não se aplica. Não há exigência de marca específica para o objeto, desde que suas características técnicas estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

6.3. Da vedação de contratação de marca ou produto:

- 6.3.1. Não se aplica. Não há, até o presente momento, qualquer parecer técnico interno ou documento emitido por setor competente que fundamente tecnicamente a necessidade de vedação de determinada marca, modelo ou fabricante em relação ao objeto descrito no Termo de Referência.

6.4. Da exigência de amostra/prova de conceito:

- 6.4.1. Não será exigida amostra.

6.5. Da exigência de carta de solidariedade:

- 6.5.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade, uma vez que não há justificativa técnica plausível que ampare tal exigência. Ademais, sua solicitação poderia comprometer os princípios da isonomia e da competitividade, que regem os procedimentos licitatórios, conforme dispõe a legislação vigente.

6.6. Subcontratação

6.6.1. Não será permitida a subcontratação.

6.7. Requisitos Legais:

- 6.7.1.** Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- 6.7.2.** Decreto Municipal nº 6.103, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a aplicação da Lei de Licitações e Contratos Lei nº 14.133/2021;
- 6.7.3.** Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
- 6.7.4.** Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 6.7.5.** Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- 6.7.6.** Portaria nº 1378 de 09 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de vigilância em saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema nacional de Vigilância Sanitária;
- 6.7.7.** Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- 6.7.8.** Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023, que institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Habilitação Jurídica:

- 7.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:



- 7.1.4. inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 7.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- 7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



7.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3. Qualificação Econômico-Financeira:

7.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.4. Da Qualificação Técnica:

7.4.1. Atestado de capacidade técnica.

8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, para eventual, futura e de forma parcelada, aquisição de Instrumentos Odontológicos para atender as necessidades do setor de Odontologia, da Secretaria de Saúde do Município de Teresópolis.

8.2. O julgamento das propostas será efetuado pelo Pregoeiro, obedecendo ao critério MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com as quantidades, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Termo de Referência, levando-se em consideração que será o vencedor o proponente que oferecer o menor preço unitário.

9. FORMA DE FORNECIMENTO:

9.1. O fornecimento será de forma parcelada de acordo com a demanda do setor de Odontologia, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

10. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

10.1. A CONTRATADA deverá entregar o material 20 (vinte) dias corridos após o recebimento de e-mail contendo a Ordem de Compra e o Empenho em remessa única.

10.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.3. Os instrumentos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Júlio Rosa, 366, Tijuca - Teresópolis – Estado do Rio de Janeiro, das 9h às 16h - Divisão de Almoxarifado.

11. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO:

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas



avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12. FISCALIZAÇÃO:

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde ou pelos respectivos substitutos, onde registrará todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

12.2. Fiscal Técnico:

12.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, assegurando que os instrumentos adquiridos sejam entregues dentro dos prazos estipulados, com qualidade e quantidade conforme o especificado no contrato, garantindo o melhor atendimento para a Administração.

12.2.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à entrega e qualidade dos instrumentos, com a descrição de ações necessárias para corrigir faltas ou defeitos identificados, incluindo a não conformidade com as especificações do contrato.

12.2.3. Identificada qualquer irregularidade nos instrumentos fornecidos (como defeito, atraso ou divergência de especificação), o fiscal técnico emitirá notificações para correção da execução do contrato, determinando prazo para a substituição ou correção dos instrumentos.

12.2.4. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato sobre qualquer situação que exija decisão ou ação que ultrapasse sua competência, garantindo que a Administração tome as medidas necessárias para a resolução do problema, caso necessário.

Fiscal Administrativo:

12.2.5. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.2.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal



administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

12.3. Gestor do Contrato:

- 12.3.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 12.3.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 12.3.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 12.3.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 12.3.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal.
- 12.3.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

13.1. Recebimento:

- 13.1.1.** Os instrumentos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



- 13.1.2.** Os instrumentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 13.1.3.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 13.1.4.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 13.1.5.** Os instrumentos serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos.
- 13.1.6.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 13.1.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 13.1.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. Condições de Pagamento:

- 13.2.1.** A contratada deverá formalizar o processo de pagamento no Protocolo Geral do Município, devendo ser realizada a abertura de forma digital, através do link: <https://teresopolis.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, apresentando Originais do Empenho e Ordem de Compra, cópia do Contrato ou instrumento



equivalente, inclusive de eventuais aditivos, documentação de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Nota Fiscal, e o RANFS quando necessário. Deverá ser realizado pagamento do protocolo geral, quando for o caso.

13.2.2. Os pagamentos ocorrerão 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações devendo as faturas/notas fiscais serem apresentadas no processo de pagamento acima mencionado, conforme disposição do artigo 131 do decreto 6.103/2023.

13.2.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documentação complementar por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

14. CESSÃO DE CRÉDITO:

14.1. Não se aplica.

15. DAS OBRIGAÇÕES:

15.1. DA CONTRATADA:

15.1.1. Manter durante a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fatos impeditivos da manutenção dessas condições.

15.1.2. Entregar os instrumentos conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, sendo de sua responsabilidade todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e tributários decorrentes do fornecimento.

15.1.3. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE.

15.1.4. Respeitar os prazos de entrega estabelecidos, bem como cumprir todas as demais exigências previstas neste Termo de Referência.

15.1.5. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o fornecimento dos instrumentos, respondendo por si e por seus sucessores.

15.1.6. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização do CONTRATANTE.

15.1.7. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do prazo de entrega, os motivos que possam impedir ou atrasar o cumprimento da obrigação contratual.



- 15.1.8.** Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, objeto da contratação definida neste Termo de Referência.
- 15.1.9.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes de suas atividades relacionadas ao fornecimento dos instrumentos. A inadimplência da CONTRATADA com relação a esses encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência.
- 15.1.10.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo que seus empregados acarretarem à CONTRATANTE ou a terceiros, durante as atividades relacionadas ao fornecimento dos instrumentos.
- 15.1.11.** Respeitar o sigilo absoluto, não podendo divulgar cadastros e arquivos referentes às Unidades Públicas, profissionais da rede Municipal de Saúde e usuários do SUS aos quais tiver acesso.

15.2. DA CONTRATANTE:

- 15.2.1.** Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preço.
- 15.2.2.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.
- 15.2.3.** Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.
- 15.2.4.** Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.2.5.** Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.
- 15.2.6.** A fiscalização e o recebimento definitivo do objeto deste termo de referência serão feitos pelo departamento determinado pela gestão da SMS Teresópolis.

16. LIQUIDAÇÃO:

- 16.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 16.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.2.1.** Prazo de validade;



16.2.2. Data da emissão;

16.2.3. Dados do contrato e do órgão contratante;

16.2.4. Período respectivo de execução do contrato;

16.2.5. Valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

16.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

17.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, de acordo com Art. 137 da Lei Federal 14.133/2021.



18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme



normas e orientações dos órgãos de controle.

- 18.3.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurará a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente.
- 18.4.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 18.5.** Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas.
- 18.6.** Multa de 10% (dez por cento) pela recusa injustificada em retirar a ordem de compra/empenho ou recusa, também injustificada, em assinar o contrato ou assinar a ata de registro de preços. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 18.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 18.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas no art. 156 da Lei 14.133/21 realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no artigo 157 e 158 da referida lei e arts. 23 e 24 do Decreto Municipal 6.198/2024.

19. PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 19.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do instrumento contratual no Diário Oficial e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Os contratos decorrentes da ata de registro de preço poderão ser prorrogados, por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o artigo 84 da lei 14.133/21.
- 19.2.** Durante a vigência da ata de registro de preços poderá conceder adesão a ata de registro de preços, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 19.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 19.4.** Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de



Preços por restar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. Tais como: a redução dos gastos e simplificação administrativa, em razão da supressão de vários procedimentos licitatórios semelhantes e homogêneos; a rapidez da contratação e a otimização dos gastos, relativamente à gestão dos recursos financeiros; a definição de quantidades e qualidades a serem contratadas; e a possibilidade de aquisição de bens para diferentes órgãos ou entidades.

19.5. O órgão ou ente da administração pública, que pretende aderir a ata de registro de preços será responsável por todas as informações lançadas no sistema compras.gov.br, referentes ao encaminhamento da adesão.

20. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

20.1. As quantidades estimadas são:

Item	Descrição Resumida	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AFASTADOR DE MINISSOTA. AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	12	UN	R\$ 12,85	R\$ 154,20
2	ALAVANCA APEXO. AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	24	UN	R\$ 25,10	R\$ 602,40
3	ALAVANCA HEINDERBRINK Nº 1. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 45,40	R\$ 1.089,60
4	ALAVANCA HEINDERBRINK Nº 2. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 48,90	R\$ 1.173,60
5	ALAVANCA HEINDERBRINK Nº 3. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 47,20	R\$ 1.132,80
6	ALAVANCA RETA APICAL 301.MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	10	UN	R\$ 32,87	R\$ 328,70
7	ALAVANCA SELDIN 1L.MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	10	UN	R\$ 28,09	R\$ 280,90
8	ALAVANCA SELDIN 2R. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	10	UN	R\$ 26,56	R\$ 265,60
9	ALAVANCA SELDIN N 2. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	10	UN	R\$ 26,87	R\$ 268,70
10	ALAVANCA SERRILHADA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	48	UN	R\$ 30,00	R\$ 1.440,00
11	BANDEJA CIRÚRGICA GRANDE (30X20X4,0cm). MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 47,98	R\$ 2.399,00
12	BANDEJA DE AÇO RETANGULAR MÉDIA(18X24X1,5cm). MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	100	UN	R\$ 41,32	R\$ 4.132,00
13	CABO DE BISTURI N.03.MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 10,24	R\$ 512,00
14	CABO P/ ESPELHO ODONTOLOGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 9,59	R\$ 479,50
15	CONJUNTO MOLDEIRAS PERFURADAS DESDENTADO (8 UNIDADES: 4 PARES). MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	4	CONJ	R\$ 273,19	R\$ 1.092,76



16	CONJUNTO DE PERFURADORAS ADHESIVAS TIPO VERNES (9 UNIDADES: 4 PARES E 1 PARCIAL). MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.		CONJ	R\$ 260,20	R\$ 1 040,80
				Processo nº	XXXXX/2025
17	CONJUNTO ODONTOLOGICO ART. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.CABO OCO EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM 9MM DE ESPESSURA. KIT COMPOSTO POR 3 ESCAVADORES ART Nº 1, 2 E 3. 1 ALARGADOR ART, 1 OPENER ART, 1 ESCULPIDOR REMOVEDOR ART (6 INSTRUMENTOS).	50	CONJ	R\$ 285,00	R\$ 14.250,00
18	DESCOLADOR MOLT Nº9. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	100	UN	R\$ 20,93	R\$ 2.093,00
19	ESCAVADOR DE DENTINA N 11-12. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 10,40	R\$ 520,00
20	ESCAVADOR DE DENTINA N 14-13. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 10,77	R\$ 538,50
21	ESPÁTULA INOX 36. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 10,43	R\$ 250,32
22	ESPATULA DE INOX 24. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 11,85	R\$ 284,40
23	ESPÁTULA Nº1 SUPRAFILL. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.COMPRIMENTO 17CM. CABO: ALUMINIO 8MM.	50	UN	R\$ 11,59	R\$ 579,50
24	FORCEPS NUM. 150 - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 71,91	R\$ 1.725,84
25	FORCEPS NUM. 151. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 70,38	R\$ 1.689,12
26	FORCEPS NUM. 18 R. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 74,72	R\$ 1.793,28
27	FORCEPS NUM. 23. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 72,23	R\$ 1.733,52
28	FORCEPS NUM. 69. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 72,59	R\$ 1.742,16
29	FORCEPS NUM.17. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 71,45	R\$ 1.714,80
30	FORCEPS NUM.18 L. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 72,09	R\$ 1.730,16
31	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº7. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	6	UN	R\$ 20,10	R\$ 120,60
32	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 208. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	12	UN	R\$ 21,60	R\$ 259,20
33	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 207. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	12	UN	R\$ 18,99	R\$ 227,88
34	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 206. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	12	UN	R\$ 20,42	R\$ 245,04
35	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 205. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	12	UN	R\$ 20,71	R\$ 248,52
36	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 203. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	12	UN	R\$ 19,26	R\$ 231,12
37	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 201. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	12	UN	R\$ 19,37	R\$ 232,44
38	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 14A. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	12	UN	R\$ 17,72	R\$ 212,64
39	MOLT 2-4. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	48	UN	R\$ 10,59	R\$ 508,32
40	MOLT 9. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	48	UN	R\$ 14,27	R\$ 684,96
41	PERFURADOR DE LENÇOL DE BORRACHA AINSWORTH. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	6	UN	R\$ 132,94	R\$ 797,64



42	PINCA ANATOMICA 14 CM RETA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 20,24	R\$ 485,76
43	PINCA ANATOMICA DISSECÇÃO RETA 12CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 19,06	R\$ 457,44
44	PINCA DE ALGODAO CURVA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 13,38	R\$ 669,00
45	PINCA DENTE DE RATO 12 CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 16,44	R\$ 394,56
46	PINCA DENTE DE RATO 14 CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 16,61	R\$ 398,64
47	PINCA DENTE DE RATO 16 CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 16,71	R\$ 401,04
48	PINCA KELLY 14 CM CURVA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 21,82	R\$ 523,68
49	PINCA KELLY 14 CM RETA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 21,88	R\$ 525,12
50	PINCA KELLY 16 CM CURVA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 24,26	R\$ 582,24
51	PINCA KELLY CURVA 12CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 25,53	R\$ 612,72
52	PINCA KELLY RETA 12CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 24,73	R\$ 593,52
53	PINCA KELLY RETA 16CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 25,84	R\$ 620,16
54	PINÇA MILER. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 24,28	R\$ 1.214,00
55	PINCA RAIZ INFERIOR. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 93,08	R\$ 2.233,92
56	PINCA RAIZ SUPERIOR. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 97,80	R\$ 2.347,20
57	PLACA DE VIDRO. PLACA LISA, 10MM.	50	UN	R\$ 9,80	R\$ 490,00
58	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 91,97	R\$ 2.207,28
59	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VÍDEA 17 CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 129,00	R\$ 3.096,00
60	PINÇA PORTA GRAMPO DE PALMER. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 70,33	R\$ 1.687,92
61	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 42,39	R\$ 1.017,36
62	SONDA EXPLORADORA Nº5. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 10,23	R\$ 245,52
63	SONDA PERIODONTAL MILIMETRADA CAROLINA DO NORTE. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 30,97	R\$ 743,28
64	SUGADOR DE SANGUE CURSO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 28,24	R\$ 677,76
65	TESOURA IRIS CURVA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 24,22	R\$ 581,28
66	TESOURA IRIS RETA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	50	UN	R\$ 26,30	R\$ 1.315,00



67	CUBA METÁLICA CIRÚRGICA PEQUENA. CUBA DE ASSEPSIA REDONDA INOX 9,8 X 4,3 250ML.	20	UN	R\$ 30,48	R\$ 609,60
68	CUBA DE BORRACHA GRANDE. DIÂMETRO DE 11CM.	6	UN	R\$ 9,85	R\$ 59,10
69	ESPÁTULA EM INOX COM CABO DE MADEIRA. 20CM.	3	UN	R\$ 57,82	R\$ 173,46
70	ESPÁTULA PARA ALGINATO E GESSO. PLÁSTICO RESISTENTE E FLEXÍVEL.	6	UN	R\$ 2,84	R\$ 17,04
71	EXPLORADOR RETO Nº47 PARA ENDODONTIA.MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	48	UN	R\$ 25,24	R\$ 1.211,52
72	POTE JON (VIDRO COM TAMPA).	24	UN	R\$ 11,12	R\$ 266,88
73	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE ADULTO ANGULADO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 35,06	R\$ 841,44
74	SONDA NABERS PARA FURCA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	24	UN	R\$ 33,86	R\$ 812,64
75	PAPAGAIO 26X13. 1000ML. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	200	UN	R\$ 143,14	R\$ 28.628,00
76	CARRINHO CURATIVO 80X40X80CM COM RODINHAS COM BALDE E BACIA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	200	UN	R\$ 1.175,00	R\$ 235.000,00
77	TESOURA SPENCER 09 CM RETA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	100	UN	R\$ 59,32	R\$ 5.932,00
78	BACIA 35 CM, 4700ML..MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	100	UN	R\$ 161,52	R\$ 16.152,00
79	CUBA RIM 26X12CM.MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	100	UN	R\$ 72,86	R\$ 7.286,00
80	COMADRE TIPO PÁ 40X30CM, 3.500. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	200	UN	R\$ 230,20	R\$ 46.040,00
81	MESA DE MAYO COM REGULAGEM E RODINHAS. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	250	UN	R\$ 754,00	R\$ 188.500,00
82	BANDEJA 47X34X05CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	200	UN	R\$ 76,68	R\$ 15.336,00
83	BALDE DE INOX 5L. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	100	UN	R\$ 190,68	R\$ 19.068,00
84	SUORTE PARA SOROCOM RODIZIOS, ALTURA REGULAVE E COM RODINHAS. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	250	UN	R\$ 243,07	R\$ 60.767,50
85	ESCADA 2 DEGRAUS. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	250	UN	R\$ 253,67	R\$ 63.417,50
86	PORTA SACO HAMPER 50X50X80CM. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	100	UN	R\$ 303,37	R\$ 30.337,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: 795.381,60 (Setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos).

21. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

21.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



22. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 22.1.** O custo estimado total da contratação por 12 (doze) meses é de R\$ 795.381,60 (Setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos).
- 22.2.** O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 22.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 22.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 23.1.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.2.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Procedimento Licitatório.
- 23.3.** O foro do município de Teresópolis será o único competente para redimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

Fábio Romero Gallote de Albuquerque
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 4.70000-0